

A "LÓGICA" DA POLÍTICA

Antônio Álvares da Silva

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

O jurista exerce sua atividade num plano lógico. Serve-se da retórica para justificar suas posições e convencer as pessoas. O advogado tem que fundamentar coerentemente seu pedido e o juiz tem que dar da mesma forma uma resposta ao pedido. A fundamentação das sentenças é uma segurança da sociedade, pela qual se demonstra que o juiz não julgou com arbítrio e discriminação.

Obrigado a raciocinar sempre, o jurista vive num ambiente dialético. Tem que por em plano lógico o que pensa e o que faz.

Estas considerações são realizadas em razão da política partidária, mineira e do Brasil, que é o contrário de tudo isto. Como ciência, a política é o governo da "pólis", ou seja, da cidade. Para dirigi-la havia, nas cidades gregas e há hoje nos estados modernos, uma ampla atividade social composta de autoridades, instituições, planos econômicos e sociais. Tudo isto numa dinâmica constante a que se dá o nome de "política", para que a cidade (hoje o Estado) cumpra sua função de servir ao povo, dando-lhe as condições necessárias ao desenvolvimento pleno de suas aptidões. Este é o conceito de "política" como ciência, que tem como objeto o Poder em todas as suas dimensões.

Ao lado deste significado científico, desenvolveu-se um outro, deturpação do primeiro, que transformou a política, principalmente a partidária, num jogo de oportunismo, conchavos, traições e brigas internas. O interesse público e a administração da "pólis" foram para segundo plano. Em primeiro, ficam os partidos, cujo objetivo é ganhar de qualquer forma as eleições para permanecerem no poder.

A fim de atingir este objetivo, agem sem limites éticos. Os partidos se transformam em impostores de nomes, sem o consenso e o apoio da sociedade, que fica de fora das jogadas e do malabarismo dos interesses. Por isto, o escritor José Naun, ex-professor de política da Universidade de Toronto, escreveu um conhecido livro: "democracia, governo do povo ou dos políticos?", questionando esta situação.

Fazemos estas considerações a propósito da política de Minas e do Brasil. A candidata do PT foi escolhida pelo Presidente da República, sem o respaldo do povo. Em Minas, o jogo político é a mesma coisa. O PT esteve, por várias legislaturas, à frente do governo municipal. Criou políticos sérios e respeitados, tais como Pimentel e Patrus Ananias, que terminaram suas gestões com amplo apoio popular.

Mas as injunções políticas fizeram com que não deixassem seguidores do partido no governo municipal nem o partido deles apresentou candidato próprio ao governo de

Minas. Pimentel compôs-se com o ex-governador Aécio Neves. Apoiou o atual prefeito e esperou apoio para sua candidatura a governador. Não saiu sequer candidato. Na luta partidária interna, disputou democraticamente com Patrus Ananias a candidatura do PT na disputa para governador. Ganhou, mas teve que abrir mão de sua candidatura por injunções partidárias. Foi simplesmente aliado do processo, embora tenha sido escolhido para ser candidato e não para fazer composições políticas.

Patrus Ananias é um grande nome. Possui um dos mais completos currículos dos políticos da atual geração. Foi vereador, prefeito, deputado, ministro. Em todos os cargos cumpriu com dignidade seu dever. Tinha também tudo para aspirar ao governo de Minas. Mas as injunções partidárias tiraram da campanha tanto Patrus quanto Pimental. Os eleitores do PT não terão a oportunidade de votar em seus líderes. Onde fica a livre escolha democrática?

Para completar este quadro de interesses partidários, armado longe da vontade popular, Patrus Ananias anuncia agora sua candidatura a vice-governador de um outro partido, quando tinha tudo para ser candidato de seu próprio partido e assumir a frente da disputa. Vai ocupar mero espaço político para compor chapas, numa função secundária, contrariando toda a sua vida de combatente de primeira linha. Foi relegado a segundo plano, quando sempre ocupou o primeiro.

Vendo tudo isto, o jurista pergunta: onde está a lógica das coisas? E não obtém resposta. Tudo em política é oportunismo e esperteza. Nomes e pessoas capazes pouco importam. Em primeiro lugar, as injunções e os interesses.

Os partidos, neste jogo onde a ética nem sempre se faz presente, esquecem-se de que a última palavra é do povo. Ele é que chancela tudo. Vamos ter que ouvi-lo para saber o que diz de todo este jogo construído sem sua participação e longe de sua vontade.

As urnas poderão trazer surpresas para todos.

(Publicado no Jornal Hoje em Dia em 24/06/10)